

iraque



# Ponto para os xiitas

**O desfecho da crise de três semanas na cidade sagrada de Najaf elevou o prestígio das lideranças xiitas e pode aumentar as dores-de-cabeça do primeiro-ministro Allawi e de seus mentores**

Armando Sartori

O fim dos combates do Exército Mahdi contra as forças americanas e iraquianas em Najaf no final de agosto produziu, certamente, uma sensação de alívio no primeiro-ministro Iya Allawi e em seu tutor, o presidente dos EUA, George W. Bush. Afinal, apesar das centenas de baixas produzidas no inimigo e de algumas dezenas em seu próprio campo – além das mortes de centenas de civis – eles escaparam de ter que ordenar um ataque maciço aos combatentes liderados pelo clérigo xiita Muqtada al-Sadr. Se isso ocorresse, o banho de sangue seria de proporções bem maiores, com conseqüências imprevisíveis para o futuro político do país. Mas, até que ponto esse alívio se justifica? Após o acordo celebrado entre Al-Sadr e o grão-aiatolá Ali al-Sistani, que levou à retirada dos milicianos xiitas do santuário do Imã Ali – local venerado pelos adeptos da seita islâmica –, o clérigo passou a negociar a transformação de seu movimento de militar para político e deu indicações de que pretende concorrer às eleições marcadas para o início do ano que vem. Aliás, nas poucas semanas de duração da crise, o jovem Al-Sadr, de apenas 31 anos,

mostrou grande habilidade: ele evitou fazer acordo com o governo de Allawi. Não que deixasse de negociar, mas sempre que as coisas pareciam próximas de um desfecho, ele respondia por meio de porta-vozes, de forma freqüentemente dúbia. Mais que um simples jogo, pode ser que esse procedimento tivesse a ver com uma tática deliberada: a de prolongar as negociações para dar tempo ao regresso de Al-Sistani, que estava em tratamento médico no exterior. Quando o velho líder xiita retornou ao país, Al-Sadr rapidamente fechou um acordo com ele.

**Vivo ou morto** O jovem clérigo já foi denominado como “fora-da-lei” pelo americano Paul Bremer, que dirigiu o Iraque nos primeiros meses após a ocupação do país. O Exército dos EUA chegou a dizer que pretendia prendê-lo ou matá-lo – ele é procurado pelos americanos por seu suposto envolvimento na morte de Abdel Majid Al-Khoei, um clérigo pró-americano assassinado em Najaf em abril do ano passado. Ele também estaria envolvido na morte do aiatolá Mohammed Bakir al-Hakim, em setembro de 2003.

Oriundo de uma família de grande prestígio religioso – é filho do grão-aiatolá Mohammed Sadiq al-Sadr, que foi um dos mais poderosos líderes xiitas do Iraque na década passada – Muqtada emergiu da clandestinidade – onde abrigou-se desde fevereiro de 1999, após seu pai e dois irmãos terem sido assassinados em Najaf – com a queda do regime de Saddam Hussein. Do pai ele herdou uma rede de escolas e de instituições de caridade, assim como a lealdade de muitos dos seus seguidores (o que potencializa sua influência para além dos 10 mil membros do Exército Mahdi).

Se Al-Sadr se converter no líder de uma força política legal, como anunciado, isso mudará radicalmente seu status. Mas, na semana que culminou com o cessar-fogo em Najaf, ele correu o risco de ser morto – Allawi e os americanos cogitaram em levar à frente uma operação militar maciça contra seus milicianos. Se tal ocorresse, seria um desastre, até mesmo para os planos dos EUA. A revista britânica *The Economist* diz que Al-Sadr e seu círculo mais próximo têm procurado segurar os setores radicais de seu movimento, intervindo para libe-

rar estrangeiros seqüestrados e procurado desencorajar ataques terroristas. Decapitado o comando do Exército Mahdi, dezenas de células de seguidores do jovem clérigo passariam a atuar no sul iraquiano, competindo com os grupos sunitas. “Um comandante militar do Exército Mahdi prometeu que dúzias de homens-bomba atacariam os escritórios do governo em Bagdá se Al-Sadr for atingido”.

**Islâmico, não teocrático** Se Al-Sadr ganhou com o desfecho da crise, o mesmo se pode dizer, até com mais razão, sobre Al-Sistani: o acordo parece ter aumentado ainda mais seu prestígio como principal interlocutor da maioria xiita do Iraque e um dos mais influentes pensadores da seita no mundo. Aos 75 anos, esse homem de origem iraniana, influenciava milhões de pessoas em todo o planeta sobre como viver suas vidas de acordo com a lei islâmica. Em relação a Al-Sadr, ele parece ter concepções divergentes sobre o futuro político do país: Al-Sistani é favorável à constituição de um estado islâmico no Iraque, mas não de uma teocracia, como no Irã. Ele tem dito que nenhuma lei iraquiana deveria entrar em conflito com os princípios islâmicos, mas não apóia o exercício de um papel oficial para os clérigos islâmicos no novo governo. Al-Sistani é adepto de uma tradição xiita que se opõe à que preponderou com a Revolução Iraniana, liderada pelo aiatolá Khomeini. Khomeini promoveu a teoria política que surgiu em meados do século 20 chamada

*velayat-i-faqih*, ou governo pela jurisprudência islâmica. Essa teoria baseia-se na idéia de que os governos que atuem sobre os xiitas devem ter clérigos como governantes, agindo de acordo com a lei islâmica. No Iraque, um dos líderes do movimento inspirado em Khomeini foi Mohammed Baqir al-Sadr, tio do jovem Muqtada, executado em abril de 1980 pelo regime de Hussein.

Apesar de sua posição e de não apoiar confrontações violentas com os EUA, Al-Sistani tem desafiado as autoridades americanas quando seus pontos de vista conflitam com os dele: quando os americanos estavam diretamente no comando do Iraque, o grão-aiatolá usava seu prestígio para vetar decisões políticas. Desde os levantes de abril passado ele tem se mantido relativamente silencioso, no entanto. Mas, se Al-Sistani resolver voltar a atuar, Allawi provavelmente terá, segundo a revista britânica, “que enviar emissários a Najaf para consultá-lo cada vez que quiser tomar uma nova iniciativa”.

**Apoio dos EUA** Se os líderes xiitas ganharam com a crise de Najaf, um dos que mais perdeu foi Allawi. Apenas dois meses após ter sido nomeado pelos EUA, ele vem estreitando sua base de apoio, que já não era muito ampla. Segundo Patrick Cockburn, articulista do jornal britânico *The Independent*, “existem dentro de seu próprio gabinete sinais de divisão, e os partidos islâmicos não lhe deram apoio pleno em sua investida contra Najaf. Os curdos, a única comunidade

iraquiana que ainda é favorável à presença americana no Iraque, também se distanciam de Najaf, eles ainda controlam Sadr City, o bairro de Bagdá que tem 2 milhões de habitantes e que, até o ano passado era conhecido como Saddam City. Krugman diz que, para os EUA, agosto era para ser o mês marcado pela passagem do controle administrativo do Iraque para um governo iraquiano confiável. Mas, como em outras duas ocasiões, o tiro saiu pela culatra. Uma, foi quando da ocupação do país (a “missão cumprida”) – seguida do início da insurgência. Outra, quando capturaram Saddam Hussein – e houve o abril sangrento deste ano. Talvez sejam coisas desse tipo que tenham inspirado Bush a referir-se ao Iraque como um “catastrófico sucesso”. ■

gente iraquiano, a principal preocupação dos militares dos EUA “é manter suas próprias baixas ao mínimo, tanto assim que nem sequer contabilizam as baixas iraquianas”. Por isso, em Najaf, “as forças americanas demoliram qualquer construção da qual desconfiassem que estivessem saindo disparos”. De acordo com Cockburn, “aviões americanos despejaram bombas de 450 quilos perto do santuário sagrado”.

**Sucesso catastrófico** Para os EUA, as coisas também não andam bem. A elevação do prestígio do grão-aiatolá e o engajamento de Al-Sadr no processo político ocorrem num momento de mudança na conjuntura iraquiana – que parece desfavorável aos americanos. É o que aponta o economista americano Paul Krugman. Segundo ele, enquanto a crise de Najaf atraía a atenção geral, Faluja, que fica no Triângulo Sunita, se tornou “uma pequena e radical república islâmica”. Outro sinal desfavorável aos EUA, segundo Krugman, foi registrado em agosto em artigo publicado pela cadeia de jornais *Knight-Ridder*, que dava indicações de que os americanos estavam cedendo muitas áreas urbanas aos insurgentes. E mais: o diário *The New York Times* informou recentemente que o oeste do Iraque está caindo sob controle dos rebeldes. “Representantes do governo instalado pelos EUA foram intimidados, assassinados ou executados”, diz Krugman. Ele afirma que outras cidades, como Samarra, estão em poder dos rebeldes e lembra que, embora os milicianos de Al-Sadr tenham saído de Najaf, eles ainda controlam Sadr City, o bairro de Bagdá que tem 2 milhões de habitantes e que, até o ano passado era conhecido como Saddam City.

Krugman diz que, para os EUA, agosto era para ser o mês marcado pela passagem do controle administrativo do Iraque para um governo iraquiano confiável. Mas, como em outras duas ocasiões, o tiro saiu pela culatra. Uma, foi quando da ocupação do país (a “missão cumprida”) – seguida do início da insurgência. Outra, quando capturaram Saddam Hussein – e houve o abril sangrento deste ano. Talvez sejam coisas desse tipo que tenham inspirado Bush a referir-se ao Iraque como um “catastrófico sucesso”. ■

*Al-Sistani, o grão-aiatolá, e Al-Sadr, o jovem clérigo rebelde: os que mais ganharam com a crise de Najaf têm pontos de vista diferentes sobre o papel dos religiosos no Estado islâmico*



Pesquisa ODI



Mulheres refugiadas no campo de Abu Shouk, Darfur, Sudão (29/02/2004) Reuters

# Balcãs africano

**Darfur, com seus inúmeros povos e complexos problemas, vive uma guerra civil que já fez dezenas de milhares de vítimas e 1 milhão de refugiados e lembra o modelo do sul europeu, palco de terríveis conflitos**

Falando perante o Conselho de Segurança (CS) da Organização das Nações Unidas (ONU) no início de setembro, Jan Pronk, autor de um relatório sobre a região de Darfur, no oeste do Sudão, apelou ao regime de Cartum para que aceitasse assistência internacional na forma de uma força mantenedora de paz africana. Pronk disse que o governo sudanês obtivera “algum progresso”, mas ainda não conseguira parar os ataques da milícia *Janjaweed* contra civis, nem desarmá-la e levar seus líderes à Justiça. O pedido de Pronk foi feito durante a apresentação do primeiro relatório sobre Darfur, uma exigência da Resolução 1556, aprovada pelo CS no final de julho. A resolução, proposta pelos EUA, ameaça o Sudão com medidas punitivas caso seu governo não concorde em desarmar e processar membros da *Janjaweed*, responsabilizada pela guerra civil que, de acordo com estimativas, já provocou 30 mil mortes e produziu 1 milhão de desabrigados na região. O governo sudanês é acusado de apoiar os milicianos, mas nega que o faça. A guerra civil em Darfur começou no início do ano passado, quando dois grupos rebeldes, o Exército de Libertação do Sudão (ELS) e o Movimen-

to Justiça e Igualdade (MJI), pegaram em armas. O apelo ao emprego de forças internacionais, no entanto, choca-se com a disposição do governo do presidente Omar al-Bashir, que reafirmou diversas vezes ser contrário à presença de militares estrangeiros para garantir a segurança.

**Caldeirão rançoso** Enquanto o CS ouvia o relato, representantes de Al-Bashir e dos rebeldes negociavam em Abuja, capital da Nigéria, onde haviam chegado a um compromisso sobre questões humanitárias, um dos itens da pauta proposta pela União Africana (UA), que patrocina as conversações. Mas, pela frente ainda restavam grandes obstáculos – um dos maiores, referia-se ao desarmamento dos rebeldes.

Darfur é uma espécie de caldeirão, onde até recentemente vinha sendo cozinhada em fogo brando uma mistura de históricos problemas políticos, culturais e sociais, em cujo sabor se pode identificar também o ranço do colonialismo. No passado, a região (hoje dividida em três províncias) foi um sultanato independente que controlava as rotas de comércio do Deserto do Saara entre a África Ocidental e o Egito. O islamismo foi

adotado ali no início do século 19. Em 1916 a região foi incorporada à força ao Sudão Anglo-Egípcio, tornando-se parte do Império Britânico. Os britânicos, no entanto, colocaram-na em plano secundário.

Como fizeram, aliás, com o sul, fechando-o ao comércio e à influência do norte, dividindo o país em duas partes. Alegaram que o peso do norte, que desenvolveu-se ao longo de muitos séculos sob influência árabe e muçulmana, prejudicaria o sul, onde a maioria da população manteve-se adepta de crenças politeístas ou animistas e uma pequena parte converteu-se ao cristianismo, levado por colonizadores.

Com independência, obtida em 1956, os governos sudaneses herdaram inúmeros problemas políticos e religiosos, que conduziram a uma guerra civil que dura 21 anos. Em maio passado, um acordo preliminar, celebrado em Naivasha, Quênia, entre o governo sudanês e o Movimento de Libertação do Povo Sudanês (MLPS), o principal grupo rebelde sulista, tornou-se a mais recente tentativa de encerrar o conflito.

Segundo John Ryle, autor de artigo publicado em agosto na revista *The New York Review of Books*, há uma

ligação importante entre esse acordo e a crise do oeste. Naivasha foi largamente patrocinado pelo governo dos EUA e refletiu uma política que levou menos em consideração os problemas de longo prazo do país africano e mais o atendimento de demandas domésticas americanas. Foi um compromisso para satisfazer o “lobby dos cristãos evangélicos, que consideram a guerra civil como um ataque de uma ditadura islâmica contra a população cristã do sul sudanês” e o do “Departamento de Estado, que viu a chance de negociar com um regime que, embora permaneça islâmico no nome, tem se auto-purgado da ideologia radical que o guiava até o final da década passada, para dissuadi-lo de cooperar com o terrorismo internacional”. Nos anos 1990, o regime de Al-Bashir abrigou Osama bin-Laden e foi punido por isso: quando a Al-Qaeda atacou instalações americanas na Tanzânia e no Quênia, os EUA bombardearam uma fábrica de produtos químicos sudanesa — que o governo afirmava produzir vacinas — alegando que fabricava produtos utilizados em armas.

O acordo resultou de uma negociação no estilo cenoura e porrete imposta pelos EUA, como reconheceu recentemente John Garang, o líder do MLPS. “Esse acordo de paz foi acertado não necessariamente porque as

partes o procuraram, mas porque foram forçadas a fazê-lo”. Para Ryle o preço pago pelo acordo tem sido “a exclusão do processo de paz de todos as partes, menos duas: o governo e o MLPS”, pois “outras forças políticas e interesses regionais e outros conflitos, no norte e no sul do Sudão, têm sido colocados de lado, incluindo o de Darfur”. Os grupos rebeldes do oeste, por exemplo, temiam particularmente que um acerto no sul pudesse fortalecer o governo de Cartum doméstica e internacionalmente. Seria essa então a razão que os levou a iniciar suas campanhas.

**Retórica racista** Há ainda outras ligações entre as duas crises. Durante as duas décadas passadas, milícias “árabes” de Darfur foram empregadas pelo governo contra comunidades na área controlada pelo MLPS. Explica-se: embora a maioria dos habitantes do oeste sudanês seja adepta do islamismo, apenas uma parte é “arabizada”, isto é, se identifica com a cultura árabe (os “árabes” sudaneses vivem no que é definido como norte, principalmente no vale do rio Nilo, que corta a região central). Em Darfur há uma divisão na população, mesmo de maioria islâmica, entre “árabes” e “não-árabes” – ou “africanos”.

Ryle diz que nos ataques das milícias “árabes” contra os sulistas havia uma retórica que falava em *jihād* (guerra santa), mas a “retórica não-oficial foi racial, empregando os termos *abid* (escravo) e *zurga* (literalmente, azul, significando negro, isto é, ‘não-árabe’, na linguagem sudanesa), palavras que carregam o peso da história de discriminação e exploração no Sudão, onde os grupos étnicos que evocam descendência árabe assumem uma superioridade sobre os outros”. A descoberta de ao menos 2 bilhões de barris de petróleo numa disputada região entre o norte e o sul piorou a situação: até o final de 1999, os ataques das milícias produziam problemas ocasionais, mas não resultavam na retirada das

populações. Depois, as milícias passaram a expulsar os moradores da área, para garantir o controle do local, onde operam as companhias petrolíferas – National Petroleum Corporation, da China; Petronas, da Malásia; Talisman Energy, do Canadá; e Lundin Oil, da Suécia.

Em Darfur, a retórica foi a dos “árabes” contra os “africanos”, entre os quais, diga-se, as diferenças físicas praticamente não existem. O ELS e o MJI são compostos em proporções variadas por gente das três maiores etnias “africanas” – os *fur*, os *massaleit* e os *zaghawa*. Em reação às ações dessas organizações, o governo sudanês passou a empregar contra elas a mesma tática que utiliza no sul – lançou as milícias *Janjaweed*, formada por elementos de tribos pastoris “árabes”, como os *baggara*, que partilham o mesmo território com seus inimigos.

**Complexidade balcânica** Um terceiro laço entre as duas crises está, segundo a revista britânica *The Economist*, no fato de que a continuidade da guerra no oeste pode levar a um colapso do acordo de Naivasha e estimular o surgimento de novo foco de luta no leste, onde um grupo rebelde, o Congresso Beija, que seria apoiado pela Eritreia, já estaria recrutando gente. E abriria ainda a possibilidade de o governo renovar seu apoio ao Exército da Resistência do Senhor (ERS), um grupo rebelde que mistura religião e política e atua na área de fronteira entre o Sudão e Uganda.

Ryle dá uma definição que ajuda a entender o significado da crise do oeste sudanês. “A história interna de conflito e cooperação entre grupos étnicos em Darfur é de uma complexidade balcânica”, diz. “Nômades e agricultores compartilham o mesmo território; eles podem casar-se entre si da mesma forma que competem por terra e água. Um indivíduo de um povo sedentário, como o *fur*, que adquire gado e se torna um pastor nômade, pode ser incorporado às famílias *baggara*, tornando-se ‘árabe’ em uma geração”, diz Ryle. E, como no caso de seu modelo europeu, também não falta aqui o dedo das potências estrangeiras. **[Armando Sartori]**

